CONTRATO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03.0107/2025

TERMO DE CONTRATO Nº 03.0107/2025 QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA MENDES – PI E A EMPRESA IMEDIATA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA.

O MUNICÍPIO DE VERA MENDES - PI, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.615/0001-31, com sede na Rua São Sebastião, 780, Bairro Centro, na cidade de Vera Mendes, Piauí, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Carlos José da Silva, portador do CPF nº 005.700.083-28, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **IMEDIATA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.590.911/0001-63, estabelecia na Rua Gabriel Ferreira, Nº 1605, Bairro N S das Graças, CEP: 64.018-680, Teresina-PI, Fone: (86) 3303-7278, neste ato representado pelo Sr. Eleuterio Ribeiro Da Silva Junior, inscrito no CPF sob o n° 057.072.413-96, em observância às disposições da Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, **resolvem** celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n° 014/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VERA MENDES – PI,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e conforme detalhamento abaixo:

ITEM	DESCRIÇAO	UNID.	QTDE.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
9	AGULHA DESCARTÁVEL 40 X 12	UN	6000	R$ 0,10	R$ 600,00
11	ÁLCOOL ABSOLUTO 99,5 % X 1000 ML	L	120	R$ 7,31	R$ 877,20
12	ÁLCOOL EM GEL 500 ML	FR	500	R$ 4,08	R$ 2.040,00
13	ALGINATO CURATIVO 10X 10 CM	UN	120	R$ 8,78	R$ 1.053,60
15	ALGODÃO HIDRÓFILO 500 G	PC	240	R$ 14,37	R$ 3.448,80
16	ALMOTOLIAS DE 250 ML	UN	50	R$ 3,30	R$ 165,00
17	ALMOTOLIAS DE 500 ML	UN	50	R$ 4,99	R$ 249,50
20	APARELHO MEDIR PRESSÃO ADULTO C/ VELCRO	UN	30	R$ 109,20	R$ 3.276,00
21	APARELHO MEDIR PRESSÃO INFANTIL C/ VELCRO	UN	12	R$ 80,60	R$ 967,20
22	APARELHO MEDIR PRESSÃO OBESO C/ VELCRO	UN	12	R$ 84,50	R$ 1.014,00

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

24	ATADURA DE CREPOM 10 CM C/12 UND	DZ	1000	R$	4,80	R$	4.800,00
25	ATADURA DE CREPOM 15 CM C/12 UND	DZ	1000	R$	7,33	R$	7.330,00
28	BOLSA COLETORA PARA URINA 2000 ML S/FECHADO	UN	800	R$	3,97	R$	3.176,00
29	BOLSA COLOSTOMIA 30 MM C/ 10	PC	50	R$	6,53	R$	326,50
33	CAMPO OPERATÓRIO 45 X 50 COM 50 UND	PC	20	R$	69,00	R$	1.380,00
34	CAT GUT CROMADO 2- 0 C/AG. C/ 24 UND	CX	40	R$	120,00	R$	4.800,00
35	CAT GUT CROMADO 3- 0 C/AG. C/ 24 UND	CX	40	R$	119,00	R$	4.760,00
36	CAT GUT CROMADO 4-0 C/AG. C/ 24 UND	CX	40	R$	119,00	R$	4.760,00
37	FIO DE NYLON 2- 0C/AG. C/ 24 UND	CX	40	R$	49,00	R$	1.960,00
38	FIO DE NYLON 3-0 C/AG. C/ 24 UND	CX	40	R$	49,00	R$	1.960,00
39	FIO DE NYLON 4-0 C/AG. C/ 24 UND	CX	40	R$	49,00	R$	1.960,00
40	FIO DE NYLON 5-0 C/AG. C/ 24 UND	CX	40	R$	49,00	R$	1.960,00
43	CATETER I.V Nº 20	UN	2000	R$	1,16	R$	2.320,00
46	CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS ADULTO	UN	600	R$	1,60	R$	960,00
47	CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS INFANTIL	UN	200	R$	1,70	R$	340,00
48	CLOREXIDINA 2% X 1000 ML (DEGERMANTE)	L	30	R$	28,00	R$	840,00
49	COLAR CERVICAL RÍGIDO PARA RESGATE TAM. G	UN	10	R$	15,00	R$	150,00
50	COLAR CERVICAL RÍGIDO PARA RESGATE TAM. M	UN	10	R$	15,00	R$	150,00
51	COLAR CERVICAL RÍGIDO PARA RESGATE TAM. P	UN	5	R$	15,00	R$	75,00
52	COLAR CERVICAL TAM G DE ESPUMA	UN	10	R$	12,50	R$	125,00

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

53	COLAR CERVICAL TAM M DE ESPUMA	UN	10	R$	12,50	R$	125,00
54	COLAR CERVICAL TAM P DE ESPUMA	UN	5	R$	12,50	R$	62,50
55	COLETOR PERFURO CORTANTE 13 LTS	UN	500	R$	6,55	R$	3.275,00
56	COLETOR PERFURO CORTANTE 20 LTS	UN	500	R$	8,95	R$	4.475,00
57	COLETOR PERFURO CORTANTE 7 LTS	UN	200	R$	4,79	R$	958,00
58	COLETOR UNIVERSAL 70 ML	UN	1200	R$	0,49	R$	588,00
59	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 COM 10 UND (ESTÉRIL)	PC	8000	R$	0,89	R$	7.120,00
60	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 COM 500 UND 09 FIOS	PC	2000	R$	17,49	R$	34.980,00
63	DRENO P/ SUCÇÃO 4,8MM CAP. 500 ML C/ CÂNULA	UN	10	R$	33,00	R$	330,00
65	ELETRODOS ECG ADUL/INF C/50 UND	CX	10	R$	15,10	R$	151,00
66	EQUIPO MULTIVIAS 2 VIAS C/ CLAMP	UN	4000	R$	1,06	R$	4.240,00
67	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	UN	500	R$	1,64	R$	820,00
68	EQUIPO PARA SORO MACRO GOTAS C/INJ. LATERAL	UN	4000	R$	1,16	R$	4.640,00
69	ESCOVA GINECOLÓGICA N ESTÉRIL C/100 UND	PC	40	R$	34,90	R$	1.396,00
70	ESPARADRAPO 10 X 45 MTS IMPERMEÁVEL	TUB	600	R$	12,50	R$	7.500,00
71	ESPÁTULA DE AYRES COM 100 UND	PC	40	R$	12,90	R$	516,00
72	ESPECULO DESCARTÁVEL TAM. G	UN	100	R$	2,05	R$	205,00
73	ESPECULO DESCARTÁVEL TAM. M	UN	4000	R$	1,50	R$	6.000,00
74	ESPECULO DESCARTÁVEL TAM. P	UN	3000	R$	1,35	R$	4.050,00
77	EXTENSOR PARA OXIGÊNIO	UN	25	R$	3,00	R$	75,00
78	FITA ADESIVA HOSPITALAR 19MM X 50M	UN	50	R$	5,49	R$	274,50
80	FITA MICROPOROSA 10X4,5 M	UN	100	R$	8,95	R$	895,00

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

81	FITA PARA AUTOCLAVE 19 X 30 MM	UN	200	R$	6,30	R$	1.260,00
83	FIXADOR CELULAR P/ LAMINAS 100 ML	FR	50	R$	8,79	R$	439,50
84	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL COM 7 UND	PC	300	R$	9,89	R$	2.967,00
85	FRALDA GERIÁTRICA P/ADULTO COM 8 UND	PC	100	R$	15,90	R$	1.590,00
86	GEL PARA ULTRASSOM 5KG	GAL	20	R$	35,00	R$	700,00
88	LAMINA BISTURI COM 100 UND	CX	50	R$	35,00	R$	1.750,00
89	LAMINA FOSCA 26X76 COM 50 UND	CX	100	R$	10,90	R$	1.090,00
91	LANCETA AUTOMÁTICA COM 100 UND	CX	50	R$	23,62	R$	1.181,00
93	LENÇOL PAPEL 50 X 50 MTS CELULOSE	PC	100	R$	12,00	R$	1.200,00
94	LENÇOL PAPEL 70 X 50 MTS CELULOSE	PC	300	R$	14,95	R$	4.485,00
97	LUVAS CIRURGICAS ESTEREIS N° 7,0	PAR	1000	R$	1,63	R$	1.630,00
98	LUVAS CIRURGICAS ESTEREIS N° 7,5	PAR	1500	R$	1,75	R$	2.625,00
99	LUVAS CIRURGICAS ESTEREIS N° 8,0	PAR	1000	R$	1,63	R$	1.630,00
100	LUVAS PARA PROCEDIMENTO TAM G COM 100 UND	CX	200	R$	30,76	R$	6.152,00
101	LUVAS PARA PROCEDIMENTO TAM M COM 100 UND	CX	1200	R$	29,90	R$	35.880,00
102	LUVAS PARA PROCEDIMENTO TAM P COM 100 UND	CX	1200	R$	29,90	R$	35.880,00
104	MASCARA N95 COM CLIPE NASAL	UN	2000	R$	1,25	R$	2.500,00
105	MÁSCARA PARA INALAÇÃO ADT	UN	60	R$	6,08	R$	364,80
106	MÁSCARA PARA INALAÇÃO INF.	UN	60	R$	6,08	R$	364,80
107	MASCARA TRIPLA DESCARTÁVEL COM 50 UND	CX	1200	R$	6,23	R$	7.476,00

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

108	OCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	UN	50	R$	6,80	R$	340,00
109	OLEO DE GIRASSOL AGE 100ML ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS	FR	240	R$	4,48	R$	1.075,20
110	OLEO DE GIRASSOL AGE 200ML ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS	FR	300	R$	8,90	R$	2.670,00
111	OXÍMETRO DEDO	UN	10	R$	90,00	R$	900,00
114	PAPEL BOBINA P/ESTERILIZAÇÃO TAM. 10 X 100 MTS	RL	24	R$	59,00	R$	1.416,00
115	PAPEL BOBINA P/ESTERILIZAÇÃO TAM. 15 X 100 MTS	RL	30	R$	88,70	R$	2.661,00
116	PAPEL BOBINA P/ESTERILIZAÇÃO TAM. 20 X 100 MTS	RL	30	R$	112,00	R$	3.360,00
117	PAPEL BOBINA P/ESTERILIZAÇÃO TAM. 30 X 100 MTS	RL	20	R$	167,00	R$	3.340,00
120	PINÇA CHERON DESCARTÁVEL ESTÉRIL	UN	50	R$	2,49	R$	124,50
121	PROPÉ DESCARTAVEL C/100 UND	PC	50	R$	9,60	R$	480,00
127	SCALP Nº 19	UN	1000	R$	0,30	R$	300,00
128	SCALP Nº21	UN	1000	R$	0,30	R$	300,00
129	SCALP Nº 23	UN	5000	R$	0,30	R$	1.500,00
130	SCALP Nº 25	UN	10000	R$	0,30	R$	3.000,00
131	SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML C/AG. 13X45	UN	10000	R$	0,27	R$	2.700,00
132	SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML S/AG.	UN	30000	R$	0,20	R$	6.000,00
133	SERINGA DESCARTÁVEL 10 ML C/AG. 25 X7	UN	10000	R$	0,38	R$	3.800,00
135	SERINGA DESCARTÁVEL 3 ML C/AG. 25 X7	UN	30000	R$	0,27	R$	8.100,00
136	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML S/AG.	UN	20000	R$	0,17	R$	3.400,00
137	SERINGA DESCARTÁVEL 5 ML C/AG. 25 X 7	UN	25000	R$	0,29	R$	7.250,00

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

138	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 12	UN	600	R$	3,13	R$	1.878,00
139	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 14	UN	600	R$	3,13	R$	1.878,00
140	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 16	UN	600	R$	3,13	R$	1.878,00
141	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 18	UN	600	R$	3,13	R$	1.878,00
142	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	UN	120	R$	18,80	R$	2.256,00
143	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº DIVERSOS	UN	1000	R$	1,01	R$	1.010,00
144	SONDA URETRAL Nº 06	UN	1500	R$	0,77	R$	1.155,00
145	SONDA URETRAL Nº 08	UN	2000	R$	0,69	R$	1.380,00
146	SONDA URETRAL Nº 10	UN	4000	R$	0,88	R$	3.520,00
147	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	UN	100	R$	10,70	R$	1.070,00
148	TERMOMETRO LASER DIGITAL INFRAVERMELHO S/TOQUE	UN	5	R$	81,10	R$	405,50
149	TERMÔMETRO MIN/MAX. PARA VACINA COM CABO EXTENSOR	UN	20	R$	126,00	R$	2.520,00
150	TESTE DE GRAVIDEZ	CX	100	R$	49,72	R$	4.972,00
151	TESTE RÁPIDO IGG/IGM COVID-19	UN	100	R$	15,98	R$	1.598,00
154	TORNEIRA 3 VIAS	UN	500	R$	1,03	R$	515,00
155	TOUCA DESCARTÁVEL PCT COM 100 UND	PC	100	R$	9,50	R$	950,00
156	TUBETE PORTA LÂMINA P/3 LÂMINAS	UN	1000	R$	0,74	R$	740,00
160	AMBU REANIMADOR MANUAL DE SILICONE ADULTO	UN	3	R$	209,00	R$	627,00
161	FRASCO DE NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	UN	500	R$	1,59	R$	795,00
163	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	UN	8000	R$	1,03	R$	8.240,00
VALOR TOTAL DO VENCEDOR: R$ 343.647,10 (trezentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e dez centavos)							

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência; O Edital da Licitação; A Proposta da contratada; e os Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir da data da de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é **R$ 343.647,10 (trezentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e dez centavos)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento a contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
8.6. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
8.7. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.9. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta dias) úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 60 (sessenta dias) úteis.
8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.3. Comunicar a contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.7. Quando Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;
b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);
c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.10. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

iv. Multa: A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:
a) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
b) de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
iv.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:
a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
c) Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
iv.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.
iv.3. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.
iv.4. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.
iv.5. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Contratante;

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUND– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3. Indenizações e multas.
12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

TIPO	CÓD.	DESCRIÇÃO
FICHA	683	
U.O	02.13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO DE GOVERNO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO DE GOVERNO	301	Atenção Básica
PROGRAMA DE GOV.	6022	PROGRAMA DE ATENÇÃO A SAUDE
PROJETO/ATIVIDADE	2071	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO	500	Recursos não Vinculados de Impostos - Saúde

TIPO	CÓD.	DESCRIÇÃO
FICHA	712	
U.O	02.13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO DE GOVERNO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO DE GOVERNO	301	Atenção Básica
PROGRAMA DE GOV.	6022	PROGRAMA DE ATENCAO A SAUDE
PROJETO/ATIVIDADE	2073	MANUTENCÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CUSTEIO
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO	600	Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

145. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

151. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itainópolis-Piauí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Vera Mendes-PI, 01 de julho de 2025.

Carlos Jose Da Silva
PREFEITO MUNICIPAL DE VERA MENDES – PI

ELEUTERIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR:05707241396

Assinado de forma digital por ELEUTERIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR:05707241396
Dados: 2025.07.02 12:27:30 -03'00'

IMEDIATA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA
inscrita no CNPJ sob o nº 36.590.911/0001-63

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

Manifesto

Verificação de Autenticidade e Integridade

Este documento foi assinado digitalmente, assegurando sua autenticidade, integridade e validade jurídica, conforme estabelecido pela Lei nº 14.063/2020 e pela Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Para verificar a validade das assinaturas digitais e confirmar a integridade do documento, por favor, acesse o seguinte link:

https://app.0paper.com.br/organization/8/signature-validation

Download De Cópia Original

Para baixar cópias originais do **Protocolo Administrativo 112/2025** assinado acesse o link abaixo utilizando o código fornecido:

https://app.0paper.com.br/organization/8/original-document-download

9907a149c9e2739faed61d0e69ccb9903ad14794b46c6789b4d8c513086bf0cb

Assinaturas Digitais

Lista de assinaturas digitais realizadas neste documento:

Carlos Jose Da Silva, CPF: 005.xxx.xxx-28

Assinado em 03/07/2025 11:41:13